




Consciência moral e Renda Básica

António Pedro Dores



2024

© 2024 António Pedro Does

Este trabalho e todo seu conteúdo está
licenciado sob Licença RobinRight

Para ver uma cópia dessa licença visite

www.recivitas.org/licenca-robinright

Autor: António Pedro Does

ReCivitas - NEPAS

Abril 2024

Índice

Consciência moral e Renda Básica.....	4
Inteligência e recursividade humanas.....	15
A esperança está em lutar contra os impérios.....	19
O moderno RBI.....	24
RBI de todos para todos.....	28
Notas finais.....	31
Referências:.....	37

Consciência moral e Renda Básica

Faz 50 anos que ocorreu a Revolução dos Cravos, conhecida como 25 de Abril em Portugal. Festeja-se a liberdade, que em Portugal quer dizer fim das perseguições do Estado Novo aos opositores políticos e respectivas famílias. Ironicamente, as sondagens para as eleições de 2024 dão um fortíssimo crescimento do recente partido da extrema-direita, saudoso do fascismo abolido com o 25 de Abril, seguindo a tendência geral das eleições para o Parlamento Europeu e noutras partes do mundo.

O Período Revolucionário em Curso (PREC) decorreu entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Novembro de 1975. O impossível era quotidianamente realizado na melhoria das condições de vida ao alcance das pessoas interessadas, acabando com a guerra colonial, ocupando casas, empresas, terras, escolas, sonhando com viver consoante se viesse a entender

ser melhor, sem respeito por privilégios de minorias que impediam autoritariamente a criação de condições de dignidade para a vida de outros. Os grupos mais desprezados da sociedade manifestaram-se à luz do dia para festejar e praticar a liberdade. Mas as discriminações, como as de género, só o tempo e o apoio institucional do estado e da União Europeia fizeram parcialmente recuar. Outras discriminações, contra crianças sem família ou de famílias pobres, contra famílias monoparentais e idosos, contra ciganos e africanos, foram também reguladas, mas sem o aparato ideológico da igualdade de género. Hoje, quem tem vergonha da miséria que se multiplica a pedir esmola nas grandes e ricas cidades europeias? Quem tem vergonha dos crimes cometidos à sombra do racismo institucional, ou do assédio nas organizações, ou do reconhecimento oficial do *burnout* como doença? Meio século depois, o futuro que vivemos hoje agravou aspectos da vida que se pensou serem possíveis de abolir, incluindo a guerra e o fascismo. As práticas discriminatórias elitistas, em vez de dissimuladas, são orgulhosamente expostas e tendem a aumentar local, nacional e internacionalmente.

Há um equívoco historicamente elaborado pela luta de classes sobre o que é a liberdade – à liberdade de empreendedorismo opõe a liberdade de trabalhar para os empreendedores, como uma obrigação de quem manda e um direito dos trabalhadores.

Embrenhados nesse labirinto, a noção de que só quem trabalha merece viver com dignidade passa ao lado do reconhecimento de que a trabalhar assim estamos a destruir o meio ambiente mais favorável à vida humana e continuamos sem saber como usar a liberdade para reagir inteligentemente. Quando foi decretado o confinamento COVID-19, o ambiente urbano beneficiou de grande número de pessoas ter deixado de trabalhar. Mas a ansiedade para que tudo voltasse ao normal, à poluição habitual, prevaleceu.

A transformação política de fundo que poderia clarificar o que é a liberdade, nomeadamente a que nos permite imaginar um futuro climaticamente menos catastrófico, é a moral da substituição das punições pela procura co-responsável de prevenção de problemas, incluindo os ambientais. Em vez de castigos correctivos, privativos da liberdade, como o desemprego para ajustar os mercados, mas também de outras formas nas famílias, nas escolas, nas empresas, nos tribunais, o hábito e a responsabilidade deveriam ter em vista identificar problemas para os ultrapassar com respeito por todos, maximizando a liberdade de cada um, incluindo os que são sacrificados actualmente.

A financiarização da economia e da política (Hudson, 2022) foi desenvolvida pela mistura entre o dinheiro para fomento da economia e de infra-estruturas e o dinheiro dos bancos comerciais com

que as pessoas comuns trabalham. Essa mistura foi juridicamente promovida por Bill Clinton, a partir de 1999. Para enfrentar as consequências da crise financeira de 2008, em parte decorrente dessa mistura, adoptou-se o *quantitative easing*, o dinheiro de helicóptero sobre os bancos falidos. Foi nessa ocasião que se perguntou porque não atirar dinheiro às pessoas falidas, em vez de aos bancos? Afinal são as pessoas, e não os bancos, que precisam de receber dinheiro para viver e estão em condições de, através dos impostos, pagar as contas criadas frequentemente abusivamente por bancos que criam dinheiro.

O RBI (Rendimento Básico Incondicional ou Renda Básica ou *Universal Citizen Income*.) enfrenta a crise financeira oferecendo uma solução política pragmática: separar legalmente o dinheiro que serve a dignidade humana do dinheiro que serve os jogos financeiros nas bolsas de valores. Num quadro legal e social como o actual, contar com a consciência moral e política dos cidadãos para separar aquilo que foi misturado nas últimas décadas nas bolsas de valores é impossível. Mas se não forem os cidadãos a assegurar não confundir ou misturar o financiamento do RBI com o crédito especulativo, com a dívida competitiva, com a exploração da terra em vez do seu uso harmonioso, com a corrupção em vez do desenvolvimento de melhores condições de vida, com a hierarquização do acesso à informação em vez de organizações

sociais e democráticas, moralmente responsáveis e transparentes, não serão as instituições que vivem do capitalismo que o farão. Ao invés, a democracia que hoje está em risco não dá oportunidade para as pessoas decidirem de outro modo que não seja submeterem-se aos desígnios institucionais, mesmo quando são obscuros e abusivos. E os povos, ao contrário do que aconteceu no PREC, não sentem a liberdade para tomar a iniciativa, nem para se defender. Mas como sintonizar as vontades de todos, ou da maioria para voltar a aumentar a liberdade e favorecer a democracia?

A ideia do RBI é política, antiga, e não é apenas uma utopia: há também exemplos práticos. Thomas Paine (1737-1809) será, porventura, o mais conhecido dos mais antigos promotores da ideia de RBI. Os Estados Unidos da América do seu tempo, de que foi um dos *pais fundadores*, são um exemplo de aplicação desse princípio, não com dinheiro, mas com terra. Para atrair colonos, foram oferecidos talhões de terra como oportunidade de auto-subsistência e base de desenvolvimento das famílias que quisessem imigrar da Europa. Assim se criou um país, embora à custa do genocídio dos indígenas. Na América desse tempo, por não ter dono, a terra foi apropriada por novos donos das parcelas previamente desenhadas pelos estados com protecção militar. Algo equivalente ocorreu noutras partes do mundo, como na colonização da Sibéria por parte da administração do Czar, com a

diferença de nos EUA os chefes de família terem direitos de representação política – a que ainda hoje chamam liberdade – e os servos usados pela Rússia Imperial não terem tais direitos (Linklater, 2013). Algo diferente, mas que também pode ser entendido como um processo RBI, ocorreu na Alemanha unificada por Bismark. O seu regime instalou um estado social corporativo para manter assalariados e povos fiéis a quem oferece serviços de cuidados, através de um sector social da economia.

Na era do capitalismo financeiro, o RBI pode ser uma forma pragmática de apelar à vontade de reforçar as liberdades individuais e os direitos humanos como os que foram alvo das distribuições de terras e de apoios sociais nos séculos anteriores. Agora a via política privilegiada será financeira.

A história das lutas pelos direitos naturais ou humanos e pelas liberdades é longa e continua a diferentes níveis. Os usos da terra, os modos de organização das famílias, a educação das novas gerações, a organização dos sacrifícios, de cuidados e do trabalho, a moral social, nomeadamente o nacionalismo, são algumas das partes da equação sobre como organizar uma vida melhor. A grande novidade dos últimos anos é a desastrosa situação do clima e, portanto, das perspectivas de vida das pessoas e, sobretudo, das gerações mais novas e das que não dispõem de recursos, a par da

impreparação das ciências e das sociedades para enfrentarem o problema (Dores, 2021; Renn, 2020).

A incapacidade de reformar o sistema financeiro mundial falido em tempo útil é apenas um dos aspectos da impotência generalizada. Em vez de desenvolver políticas amigas do ambiente, tem-se dado prioridade às políticas de austeridade e autoritarismo que degeneram em guerras cada vez mais próximas do centro dos impérios e em ideologias neo-nazi-fascistas. À medida que a exploração da Terra se torna insustentável, mas continua a ser financiada e realizada, as lutas das pessoas pela sobrevivência implicam transtornos sociais e políticos crescentes, a que as finanças não estão em condições de responder. As pessoas, por outro lado, não estão em condições de controlar as finanças: quem faz isso são bancos centrais que não respondem perante as sociedades ou os seus representantes.

As sociedades modernas, tão poderosas a moldar o meio ambiente e as pessoas, revelam-se incapazes de mudar de rumo e evitar os desastres previstos pelas ciências do ambiente. Quotidianamente, mesmo os activistas dos direitos humanos, incluindo os que defendem o RBI, e os ambientalistas mais conscientes e sinceros trabalham em sociedades e organizações que continuam a missão semi-milénar de explorar a

Terra à bruta, pois não sabem fazer outra coisa, como bem mostra o filme Avatar e os vários documentários científicos e apocalípticos que tratam do assunto.

Na prática, houve RBIs na distribuição de lotes de terras a famílias, nos EUA, e a comunidades de servos, na Rússia czarista. Houve RBI no estado social de Bismark e noutros lugares em que a vida se modernizou no pós-guerra. O primeiro caso promoveu a liberdade dos chefes de família – o que tornou a América conhecida como a Terra dos Livres ou da Liberdade. O segundo promoveu o comunismo que marca a Rússia, antes, durante e depois da Revolução Soviética. A Alemanha inspirou o Estado Social europeu e a União Europeia, encontrando-se desde 2022 em dificuldades, por causa da invasão da Ucrânia pela Federação Russa, sua fornecedora de energia barata. Desarmada pela derrota da II Grande Guerra, a Alemanha aumentou agora significativamente o seu orçamento militar, com apoio dos EUA, seu inimigo na II Grande Guerra, e enfrenta internamente a crescente influência política de herdeiros dos neo-nazis, como acontece no resto da Europa, nos EUA, na América Latina e noutras partes do mundo.

Continuamos à volta das mesmas ideologias centenares que partilham, à esquerda e à direita, a moral imoral que espera que os interesses privados

geridos por meios públicos serão, normalmente, racionais. Não são. Explorar a Terra como vício não é racional: é suicidário.

O RBI não é uma panaceia como os mais entusiastas imaginam. E também não é uma novidade social e política, na prática. A ideia de direitos universais fundou a ONU no pós-guerra, e incluía direitos políticos para os trabalhadores, em representação das respectivas famílias, i.e., com discriminação das mulheres e dos jovens. Os direitos universais serviam para assegurar a todas as pessoas nacionais, representadas pelos respectivos chefes de família, independentemente da condição social e da saúde, direitos humanos, como educação e saúde gratuitas, transportes e alimentos baratos suficientes para poderem ser pagos pelos rendimentos das famílias mais pobres ou pelos subsídios de desemprego. O reformismo seria o trabalho político de melhorar e ampliar os direitos universais, tornando-os efectivos mesmo nos casos excepcionais em que estes não eram suficientes para assegurar os direitos humanos das pessoas, como nas prisões, nas esquadras, nos quartéis, ou para os não nacionais ou pessoas sem iniciativa reivindicativa ou subjugadas de algum modo, como as pessoas doentes ou com necessidades especiais. O maior sucesso do reformismo foi a individualização dos direitos, i.e., a libertação das mulheres e, com ela, a protecção das crianças, incluindo o respeito pela orientação

sexual e alguma protecção contra abusos sexuais. Os chefes de família e o patriarcalismo não foram abolidos da cultura ocidental. Mas a opacidade da vida familiar nuclear que oculta crimes está a ser questionada. Novos tipos de família e identidades sexuais estão a ser tipificadas, a par da tipificação de crimes antes ignorados, como os de violação ou de abuso sexual ou de assédio, o que criou uma crise moral e institucional por resolver na Igreja Católica.

O estado israelita apoiado pelo Ocidente, por seu lado, enfrenta as acusações de genocídio, como as acolhidas pelo Tribunal Internacional de Justiça da ONU, em Janeiro de 2024, alegando estar a defender as liberdades e os direitos humanos dos israelitas dos ataques de “animais” organizados pelo Hamas. Recusa-se a reconhecer que o surgimento do Hamas foi financiado pelo estado de Israel para dividir os partidos palestinianos que representam os milhões que vivem como refugiados na sua terra, faz três quartos de século, como explicou o ministro dos negócios estrangeiros da União Europeia num doutoramento *honoris causa* que recebeu. O estado israelita adopta uma tática de circunscrever aquilo que deve ser julgado em tribunal aos ataques de 7 de Outubro de 2023 do Hamas, de modo a ignorar a história que só pode ser severa com o estado de Israel, quando se trata de respeito pelos direitos humanos.

O RBI é uma proposta de respeito pelos direitos humanos: é uma esperança em tempo de difícil, mas evidente e necessário reconhecimento das falências económica, doutrinária e política da missão imperial de exploração da Terra, apoiada no patriarcalismo e nas instituições políticas e económicas dominantes.

Para compreender o RBI é útil ter em mente o longo tempo em que a ideia subjacente se formou e os modos como já foi utilizada: as diferentes formas com que a ideia se transformou em práticas sociais e políticas, nomeadamente no século XIX para arrotear terras e explorar a agricultura em nome dos impérios e para transformar em força-de-trabalho assalariado os recursos humanos metropolitanos, substituindo os servos e escravos colonizados por assalariados originários dos territórios europeus ocidentais. O ressurgimento recente da ideia do RBI, na crise de 2008, merece ser utilizado.

Neste artigo não iremos discutir todos os aspectos citados, por falta de espaço. Mas não faremos como o estado de Israel: não reduziremos o RBI a um nome ou a um detalhe da história das ideias estranhas. Ao contrário, o artigo começa por estabelecer a noção de ser a natureza humana e o espírito imperial que conduzem a actual missão imperial de explorar a Terra. É contra a continuação dessa missão que o RBI pode e deve

ser usado. Melhor do que o RBI, porém, será a modalidade de *RBI de todos para todos* que está em condições de promover a esperança de transformação social necessária nas circunstâncias actuais. Esta modalidade será mais eficaz como catalisador de políticas decrescentistas anti-imperiais, ambientalmente comprometidas, civilizacionalmente sustentadas, quando a moral dos interesses for socialmente submetida pela moral do respeito pela humanidade.

Inteligência e recursividade humanas

Costuma dizer-se, orgulhosamente, que a espécie humana se distingue das outras por ser inteligente. Face ao Antropoceno, às alterações climáticas e à extinção das espécies, será legítimo manter essa afirmação? Corballis (2011) prefere falar em recursividade, em vez de inteligência. A especificidade humana é estar obrigada a desenvolver identidades individuais e sociais associadas a expectativas legítimas. A noção horizontal de tempo típica dos humanos torna o presente muito menos importante do que para os outros animais. Vivemos ocupados a reconstruir os passados e os futuros, habituados ao presente em que nos sentimos como os animais.

As sociedades humanas desenvolveram, assim, práticas sacrificiais para aliviar as tensões

imaginadas entre os passados e os futuros, práticas que lembram a redução das pessoas à animalidade, à incapacidade de usar a recursividade em situações de precariedade existencial. Incluindo nas sociedades modernas, os sacrifícios são fabricados para estimular as pessoas que vivem bem a recordar-se de que esse bem-estar é perecível. Marx referia o exército proletário de reserva, os desempregados e os vagabundos, que eram usados pela burguesia, actualmente pelos estados, para reduzir os salários ao nível de subsistência. A miséria de uns serve, ainda hoje, para reduzir as expectativas da maioria à sobrevivência, sem grandes aspirações a não ser a de servir a missão imperial de explorar a Terra apresentada como uma guerra de sobrevivência entre a humanidade prometida no fim do percurso, sempre adiada por mais guerras e fomes, no seio de uma Terra hostil. Não admira, assim, que as sociedades modernas sacrifiquem partes escolhidas das populações, como migrantes, estrangeiros, crianças e jovens sem amparo, famílias desestruturadas, pessoas com fragilidades físicas ou mentais, famílias monoparentais, idosos, para ilustrar aos restantes o que lhes pode acontecer caso não aceitem colaborar, incluindo imoralmente, com quem tenha o poder de lhes oferecer um rendimento de sobrevivência, ainda que a troco do sacrifício das

suas vidas em trabalhos que adoecem e encurtam a vida.

As instituições concentracionárias mostram e escondem a existência dessas populações, apresentando-as como casos de culpa individual, isto é, como ameaças a cada pessoa sobre qual será o seu destino caso não colabore com o sistema montado.

Vários autores, de várias formas, descrevem o modo como estamos presos a quem nos fornece as condições de sobrevivência, depois de um longo trabalho histórico de isolamento social, conhecido como individualização urbana. Mas qual será a fonte, a causa eficiente, desse isolamento das pessoas em sociedade?

Os estados-de-espírito são como programas aplicáveis em humanos. Ao contrário dos programas de computador, são construções humanas biológicas e virtuais, físicas e mentais, socialmente partilháveis e reconhecíveis, que permitem, com o devido treino, educação, as pessoas entrarem em modo familiar, profissional, desportivo, político ou outro, por alguns momentos ou por horas. Incorporados certos estados-de-espírito, eles podem ser usados, retomados, lembrados, esquecidos, transmitidos, aprendidos e ensinados. Cada pessoa cresce adquirindo

competências e gostos para viver uma panóplia variada de estados-de-espírito, sendo as pessoas mais cultivadas capazes de usar mais tipos de estados-de-espírito (que podem ser meditativos ou artesanais, intelectuais ou laborais, explícitos ou implícitos). Uma grande parte da nossa sociabilidade é ocupada a sintonizar e perceber o estado-de-espírito dos nossos interlocutores, com os quais, sobretudo quando somos mais novos, aprendemos imitando.

Um desses estados-de-espírito é o espírito imperial. É apenas um num repertório por coligir que a humanidade foi produzindo ao longo da sua existência. Terá poucos milhares de anos e foi descrito por Jaspers como Revolução Axial (Eisenstadt, 2008). As sociedades, ou melhor, parte das sociedades foram seduzidas pela ideia de que as pessoas eram, eventualmente, como os deuses: poderiam fazer o que lhes apetecesse e o mundo obedeceria. Com a globalização, virtualmente toda a humanidade ouve quotidianamente o canto desta sereia.

O império é o resultado prático da aliança entre as pessoas que vivem o espírito imperial, cada uma na sua posição. É uma mistura de essencialismo (uma decisão central torna possível mobilizar automaticamente acções complementares que

ajudam a realizar os desejos dos decisores supremos, como numa administração) e de soberania (a legitimação de auto-declarar o direito absoluto de impor uma vontade dentro de um território, contra todas as outras pessoas) capaz de destruir e construir civilizações e impérios.

O espírito imperial especializou-se em proteger a hierarquia (Deus-soberano-séquito-súbditos-inimigos-outros (Agamben, 1998)) através da construção de elites e das suas identidades alienadas e alienantes. Nos impérios, as culturas que os antropólogos descobrem nas sociedades simples são apresentadas como menores, exuberantes, irracionais, exibicionistas, irrealistas, maléficas, vergonhosas, potencialmente inimigas do império. Os impérios, ao invés, atribuem a si mesmos uma cultura culta que manipula símbolos do seu poder exclusivo que parece cair sobre a cabeça das pessoas, como se queixavam os gauleses do Astérix. E essa discriminação funciona: separa a humanidade de si mesma, entre quem manda e quem obedece, e também a separa do meio ambiente tomado como inimigo a vergar pela força.

A esperança está em lutar contra os impérios

Nos últimos séculos, a história regista vitórias globais anti-imperiais de grandes movimentos abolicionistas que ainda hoje nos emocionam. A

escravatura, o clericalismo, o capitalismo, o colonialismo, o patriarcalismo, o totalitarismo, todos foram alvos de movimentos que aboliram a dimensão e volume imperiais que tinham adquirido. Os sucessivos sucessos destes movimentos abolicionistas alimentaram a fé no progresso, em que amanhã a vida teria melhores condições de prosperar que hoje. Chegados ao século XXI, damo-nos conta de algures no caminho termos estado a construir as condições para arranjar problemas maiores do que somos capazes de resolver, enquanto espécie. Não apenas as guerras e a fome permanecem, como as consequências do aquecimento global são notórias, sem que as condições que o produzem estejam a ser revertidas.

Uma revisão do caminho capaz de criar esperanças e libertar forças para nos empenharmos em viver melhor pode levar-nos longe na história. Vários milhares de anos atrás, as experiências de impérios foram postas em prática. Afinadas por tentativas e erros, no século XIV, alguns dos herdeiros da cultura imperial encetaram Navegações pluri-oceânicas, animados pela Igreja de Roma, herdeira do Império Romano. A expansão da Fé e do Império tomou por finalidade a exploração da Terra e dos seus recursos para revelar ao mundo os favores divinos de que gozariam as elites promotoras e protectores de tal empreendimento. No século XIX, a humanidade, na condição de proletariado, foi tomada como recursos humanos a

explorar em liberdade. No século XX ficou cientificamente claro que as externalidades, os detritos resultantes da exploração, destruiriam as condições favoráveis de habitabilidade do planeta, que não eram eternas e tinham, na verdade, 12 mil anos de existência. No século XXI descobriu-se que os cientistas tinham razão, mas a missão imperial globalizou-se.

Os tempos anunciam-se insistentemente sombrios. Perante a certeza empiricamente demonstrada de as mudanças climáticas serem reais e seguramente resultantes da acção humana de desenvolvimento da exploração da Terra para acumulação de riquezas, a comunidade internacional avança com o propósito da transição verde e digital. A COP28 – a conferência da ONU para o clima – foi presidida pela primeira vez por um alto representante da indústria fóssil. Indústria que se sabe dever ser extinta para reduzir as possibilidades de extinção de mais espécies e minimizar, quanto possível, os desastres climáticos apocalípticos anunciados por cientistas.

Na política, o campo onde a esperança ou a desesperança melhor se expressam, a corrupção e os migrantes são cavalos-de-batalha da extrema-direita em ascensão. A guerra é o cavalo-de-batalha dos EUA, actual sede imperial, que criaram e insistem em criar as condições de sucesso da extrema-direita, violando as leis da guerra e desprotegendo as pessoas em dificuldades sob a

tutela cada vez mais apertada dos estados, para evitar a transferência da sede imperial dominante para Pequim.

As histórias da falência do sistema financeiro global, do confinamento geral da COVID-19, da guerra da Ucrânia ou do conflito na Palestina, são mitificadas, em vez de serem apresentadas e discutidas. Quem se declara pela paz é tratado como traidor. Como uma maldição, está a cumprir-se a determinação de retomar as Cruzadas, a guerra eterna anunciada por George W. Bush, Tony Blair e José Maria Aznar, acolitados por Durão Barroso, em 2003. “Quem não está connosco é contra nós!” disseram. Em duas décadas, a guerra contra os fundamentalistas islâmicos sem estado, vários assassinatos e várias derrotas imperiais depois, transformou-se na reedição da Guerra Fria, com guerra da Ucrânia, e no genocídio em Gaza. A defesa do estado de direito, do direito internacional, incluindo os direitos humanos, e as políticas ambientais estão prejudicadas pelas prioridades belicistas anunciadas oficialmente há duas décadas.

Os povos não querem guerra, porque as guerras são sobretudo contra os civis. Desesperançados e desorientados, porém, os povos reagem politicamente favorecendo a violência que as ideologias neo-nazi-fascistas prometem organizar, para já contra os imigrantes e a ideologia de género, i.e., a luta de libertação das mulheres. Entretanto, nos países de acolhimento, é cada vez

mais procurada força de trabalho barata e disponível para *trabalhos de merda* (Graeber, 2018) e nos países emissores o desespero convence milhares de migrantes a arriscarem a vida na esperança de poderem viver clandestinamente nas metrópoles imperiais.

A Renda Básica, RBI, tem a virtualidade de perspectivar uma esperança sediada num modo de viver em sociedades diferentes. A competição, a hierarquização, a submissão, podem ser substituídas por uma dose quanto baste de empatia com a humanidade de todas as pessoas, mesmo aquelas que vivem de forma repugnante. Essa empatia de base, assegurada formalmente pela certeza de cada pessoa ter direito a um rendimento básico conhecido de todos, reduziria significativamente a condescendência social e, portanto, aumentaria a responsabilidade social. Os que não estiverem em condições ou não quiserem entrar nas competições que fazem da sociedade um *jogo da fome*, descrito por Suzanne Collins, podem organizar-se de outras formas, à semelhança do que fazem algumas associações e organizações de solidariedade. Escapar das teias imperiais passará a poder ser financiado pelo RBI.

O RBI por si só, não resolverá nenhum problema económico de produção ou distribuição. O processo da sua aprovação política criará condições que poderão ser usadas, ou não, para quebrar o círculo vicioso que se vive de se querer acabar com a

destruição do meio ambiente favorável à existência humana, continuar a conquistar por via militar territórios alheios, continuar a fazer o mesmo que se faz há séculos ainda com mais intensidade.

O moderno RBI

A Renda Básica, RBI, será, pois, um regime financeiro que assegura direitos de liberdade e autonomia para todos através de uma política universal que garante acesso a um valor igual para todos os adultos de certa circunscrição política. O RBI alimentará financeiramente a esperança no decréscimo efectivo do uso de recursos cuja mobilização está a lesar o planeta. Fá-lo-á em nome da necessidade de reinventar as vidas pessoais e sociais de modo a reduzir a pegada ecológica, sobretudo dos que mais poluem. Em vez de cumprirem os sacrifícios exigidos pelos impérios, as populações passariam a ser chamadas a decidir, individualmente, se deveriam contribuir ou não para os projectos que recrutam trabalhadores.

Nos anos 60-70, a par dos primeiros avisos dos ecologistas (Meadows, Donella H.; Meadows, Dennis L.; Randers, Jorgen; Beherens III, 1973), a presidência dos EUA financiou estudos sobre um RBI, o imposto negativo, na perspectiva da luta contra os direitos universais, reduzindo-os a uma prestação financeira regular para os contribuintes que não auferissem os mínimos de subsistência à

custa do conjunto dos contribuintes. Estas experiências ficaram associadas ao neoliberalismo, doutrina de austeridade que vingou a partir dos anos 80 até hoje. O argumento à direita é de que manter o progresso dos direitos universais é impossível, por ser muito caro atender as todas as necessidades em mercados que precisam de crescer, como os da saúde ou da educação. Parece-lhe mais justo o sistema do consumidor pagador. O argumento à esquerda é que as pessoas estão a deixar de querer trabalhar e lutar pelos direitos dos trabalhadores nos locais de trabalho por lhes parecer que podem sobreviver sem trabalhar. Insiste em criar condições para o pleno emprego. As discussões tradicionais sobre o RBI não referem com centralidade suficiente a questão ambiental. Há quem alegue que a evolução da tecnologia irá obrigar as pessoas a deixarem de trabalhar, por serem substituídas com vantagem por máquinas inteligentes, perspectivando uma sociedade pós-humanista. Nesse caso, se o ambiente se tornar adverso, a humanidade recolhe a abrigos ou é extinta, deixando as máquinas auto-sustentadas como herança do progresso.

Os estados sob o neoliberalismo, em vez de elaborarem os consensos solidários possíveis e viáveis, os jogos de soma positiva capazes de respeitar os direitos humanos, passaram a pressionar as pessoas para se sacrificarem a viver pior, sobretudo as novas gerações, caso não

encontrem condições para viver na riqueza. Alega-se ser culpa própria não conseguir ser rico e, por outro lado, a acumulação de riqueza nas mãos dos mais bem-sucedidos e criativos é entendida como um progresso para a humanidade, independentemente dos sofrimentos (Novak, 2000, 2001). Michael Novak representa a ideologia sacrificial católica de João Paulo II que foi ultrapassada pelos movimentos evangélicos. Quem elegeu o Papa Francisco fê-lo em nome da luta contra os abusos sexuais de crianças no seio da Igreja e contra a estratégia da Igreja Católica incapaz de concorrer no campo dos evangélicos, a que Francisco chamou clericalismo.

Na versão política da evolução a que se assiste na religião, as direitas tradicionais que se reviram no anti-sovietismo de João Paulo II estão a ser substituídas por versões recauchutadas do nazi-fascismo. As esquerdas, como o Papa Francisco, procuram manter a sua influência junto das elites através das gastas instituições imperiais promotoras do crescimento económica e da exploração da Terra, defendendo-as dos sentimentos negativos das populações. Todo o sistema político em transformação está a ser moldado pelos evangélicos e pelos neo-nazi-fascistas sem que os democratas saibam como alterar a situação. Todos apoiados no espírito imperial, na consecução da missão de continuar a explorar a Terra e os seus recursos como se os sinais de sofrimento do meio ambiente

e das pessoas mais desprotegidas fossem sacrifícios a impor em nome de um Deus maior.

A promoção do RBI emergente em 2008 está limitada a práticas académicas especializadas, predominantemente centrípetas. Perante as resistências do mundo da política em aceitar a proposta, os académicos pedem que lhes financiem projectos de investigação que testem cientificamente, estatisticamente, o valor dos benefícios da aplicação de uma qualquer modalidade de RBI. Não imaginam abolir, ou contestar, a separação entre as disciplinas científicas e entre os sistemas sociais. A postura centrífuga não é recomendável para favorecer as possibilidades de financiamento no quadro das actuais políticas científicas (Dores, 2021)

Os testes, por definição, são temporários, ao contrário do RBI que será definitivo e irreversível. Os testes não são aplicados a toda a população, ao contrário do RBI. Os testes não são uma decisão política: são a aprovação de um projecto de investigação. O RBI observado por experiências centrípetas não é RBI. O RBI é uma experiência política que envolverá toda a sociedade ou não será.

Não se trata de uma questão de pureza da experiência, mas de qualidade. O RBI refere-se, ou não, a um financiamento socialmente auto-

administrado para lutar contra o espírito imperial e os seus múltiplos problemas, como os ambientais, os sacrificiais, os nacionalistas, os científicos, os belicistas? Estamos em condições de reconhecer que estamos a criar mais problemas do que a resolvê-los e de fazer alguma coisa a esse respeito?

RBI de todos para todos

O RBI tem sido apresentado como uma política pública que foi sujeita a diversos testes de consistência e de eficiência, geralmente com resultados positivos. Há lobbies que pressionam a adopção do RBI, mas sem que fique claro qual seria o modo de financiamento. Presume-se que seria sempre o estado a assegurar a prestação, como faz com os apoios à pobreza, estendendo-os a toda a cidadania, indo buscar o dinheiro a novos impostos, eventualmente sobre as empresas que pagam menos impostos. O RBI será um instrumento político para valorizar socialmente o respeito pelos direitos humanos através da promoção da liberdade individual, incluindo a liberdade de trabalhar naquilo que faça sentido, ao inverso dos *trabalhos de merda* (Graeber, 2018).

O RBI deve ser mobilizado contra as guerras, os autoritarismos, os patriarcalismos, os capitalismo.

As discussões públicas sobre o RBI podem mostrar que a miséria só não é erradicada porque é

indispensável aos poderes instalados. Obrigar a sacrifícios os povos é a forma de os mobilizar para a missão imperial. De outro modo, como se queixam os economistas, as pessoas prefeririam consumir a viver mal. Não se disporiam livremente a entregar as riquezas a elites que investem em meios de destruição do planeta com projectos secretos, megalómanos e autoritários.

Apesar dos extraordinários aumentos de produtividade celebrados pelas indústrias, das potencialidades de planeamento em tempo real permitido pelas novas redes de informação e comunicação, das potencialidades da Inteligência Artificial, os mínimos de subsistência para todos os humanos não estão assegurados: a miséria subsiste e persiste na vizinhança da abundância e do desperdício. O progresso nunca mais atinge um ponto de satisfação geral. Pelo contrário, a riqueza de alguns continua a reclamar a miséria de outros. Não se pode confiar nem nos estados nem nos mercados. O conjunto dos contribuintes também não são confiáveis, mas, ocasionalmente, está habituado a automobilizar-se.

Miguel Horta elaborou para Portugal uma proposta de financiamento dos cidadãos para os cidadãos (AAVV, n.d.; Horta, 2016). O estado seria intermediário. Não poderia alegar a suspensão do RBI por limitações na recolha de fundos, como tem vindo a fazer para dismantelar a universalidade dos

direitos sociais. Tal proposta só será realizável num contexto político e social de inversão das tendências belicistas, discriminatórias e autoritárias. Deverão ser substituídas pela valorização da empatia emancipatória que reconhece a humanidade de toda a gente, e não apenas de forma selectiva, excluindo os *outros* dessa condição.

Miguel Horta mostra que não há nenhum problema técnico ou financeiro que obstaculize a concretização de um RBI nacional ou internacional de imediato. Esse tipo de problemas é inventado, à esquerda e à direita, por quem se esquece que os rendimentos das pessoas, enquanto não são gastos, são sua propriedade. Como tal, esses rendimentos podem ser oferecidos a terceiros e também sujeitos a impostos (pelo estado) e contribuições (voluntárias ou obrigatórias). O RBI de todos para todos seria uma contribuição obrigatória para todos os cidadãos com vista a assegurar um direito a um rendimento regular (mensal, semanal) a todos os contribuintes. Horta mostra que se o estado se dispuser (ou for obrigado) a servir de instrumento a uma tal política, ela pode ser executada sem perdas orçamentais e com poucas alterações nos rendimentos disponíveis imediatamente para as pessoas mais ricas. Portanto, o que mudará com essa medida será sobretudo a percepção popular sobre o valor da solidariedade financeira, versus o interesse próprio, a certeza de não haver quem viva

abandonado na miséria e a nova responsabilidade moral dos cidadãos para deixarem de aceitar trabalhos que prejudicam o próximo ou o meio ambiente, versus a actual impotência social para romper com as políticas ambientalmente suicidárias.

Notas finais

Num labirinto, como no deserto, quem fique desorientado repetirá os mesmos gestos sem esperança de sair do mesmo sítio. Para ganhar esperança e, eventualmente, se libertar da situação é preciso conceber uma finalidade capaz de albergar um método para organizar um caminho numa direcção persistente.

As sociedades modernas criaram a noção de progresso, fonte de esperança que se esvai nos dias de hoje. As ideologias políticas voltam-se agora para trás à procura do momento em que as coisas começaram a falhar. Terá sido com o neoliberalismo? Com o pós-guerra? Com a subida ao poder dos comunistas? Com a industrialização? Com a invenção da agricultura?

Apesar da crença no progresso ter deixado de fazer sentido, os estados, as empresas e as sociedades continuam a exigir sacrifícios para crescer, aumentar, acelerar, criar, ainda que para tal seja

preciso continuar a produzir lixos contaminantes, misérias humanas, guerras, a destruição irreversível da diversidade da vida e do meio ambiente.

O RBI refere-se a um paradigma multicientenário de política social pública mais barata para os estados do que as políticas públicas de engenharia social actuais (Torry, 2013). Porém, tem sido sistematicamente negada. Os estados e economias modernos dão-se mal com a liberdade das pessoas, ainda que dela precisem.

A liberdade foi necessária para abrir novos caminhos marítimos oceânicos (Graeber, 2022), para negociar localmente troca de mercadorias por atacado, para mapear territórios desconhecidos, para expulsar trabalhadores das terras que possuíam e atraí-los para as colónias (Linklater, 2013), para organizar os mercados internacionais (Keene, 2002), para organizar os bancos (Pistor, 2019) e o proletariado do sector industrial na Europa (Marx, 1997). Essa liberdade não aconteceu sem contrapontos, como a guerra santa, as alianças bélicas, os genocídios, a repressão sistemática dos libertos e vagabundos pelas policias e pela justiça, a exploração, a manipulação institucionalizada das pessoas (Bentham et al., 2000), a organização autoritária das famílias (Todd, 2018).

Na era do capitalismo financeiro, a perspectiva de um RBI financeiro que Thomas Paine imaginou há mais de duzentos anos para oferecer às pessoas alguma margem de liberdade de que precisam para sobreviver e viver melhor teve um *momentum* em 2008 e anos seguintes. O contraponto é a fragilidade da crença no progresso e dela não ter sido substituída por outra forma de imaginar finalidades mobilizadoras para a vida das pessoas.

Na Suíça, a campanha para o referendo para adopção do RBI na constituição confrontou-se com a figura do gordo satisfeito a comer pipocas frente à televisão para o resto da vida. Essa figura é a que fazem muitos dos reformados, depois de trabalharem uma vida inteira para os respectivos empregadores, como veteranos de guerra. Reformados e veteranos, sobretudo os pobres, são objectos de ataques políticos por beneficiarem de magras reformas sem trabalhar e direitos a tratamentos de saúde caros de cujas responsabilidades os estados querem eximir-se.

A adopção de um RBI, ainda que em boas condições, não resolverá os problemas que a civilização enfrenta. Será, porém, uma base financeira que, usada empaticamente, promoverá esperanças e novas margens de liberdade em vidas

que hoje são sacrificadas pela aliança dos estados e dos mercados.

Um eventual RBI oferecido por estados ou por indústrias terá tendência para reproduzir as dependências da vontade geral da dos financiadores. Jamais será empático. Um tal RBI ficará associado a subsidiopendência e privilégio à custa de quem trabalha. Não servirá uma sociedade empática a construir.

O RBI de todos para todos, financiado pelos próprios beneficiários, pelos povos de cidadãos, só ocorrerá se for acompanhado pela consciência social e individual de que os problemas se enfrentam melhor sem acusar as vítimas. Em empatia, é possível mobilizar energias que hoje não existem em vez daquelas que se desperdiçam a reprimir ou a fazer guerras; em vez de resolver os problemas que causam os atritos.

A sociedade não é apenas a solidariedade entre os humanos. É a solidariedade entre os humanos e o meio ambiente, cuja destruição suicidária acelerou exponencialmente na era neoliberal inaugurada por ideias como as de Thatcher: “não há isso a que chamam sociedade!” Ideias que persistem e devem ser combatidas pelo RBI de todos para todos.

Apesar dos oportunistas e dos oportunismos que existem e continuarão a existir, ocupar energias sociais a puni-los é ineficaz e irrelevante. A história mostra que a construção de condições de liberdade se foca em objectivos entusiasmantes e mobilizadores adequados à época. Os crimes menores cometidos são, em alguma medida inevitáveis. Os crimes maiores, esses, devem ser apontados e resolvidos democraticamente, empaticamente, entre cidadãos iguais entre si.

O RBI precisa de ser construído na esperança e sobre uma consciência moral que permita, de futuro, evitar os erros do passado, como o de dividir para reinar ou o de construir opacidades capazes de dissimular o que é feito, nomeadamente a organização da missão elitista e suicidária de explorar a Terra até ao fim.

Os regimes políticos aceitáveis pela aliança de estados-economia são os regimes de exploração da natureza, designados metaforicamente pelos economistas como crescimento do PIB. Tais regimes são impotentes na manutenção das condições ambientais propícias ao florescimento da espécie humana e, corolário disso, no assegurar de justas oportunidades de vida digna a todas e cada uma das pessoas. À evidência, actualmente, as sociedades modernas dão prioridade às guerras e às economias de conquista. Insistem em explorar a

Terra e a humanidade à custa do sacrifício da maioria das pessoas e do aumento dos riscos de desastres ambientais.

Em vez de obrigar terceiros a trabalhar, escravos ou assalariados, as sociedades deveriam aprender a aumentar a produtividade indispensável a viver bem sem acelerar a transformação do meio ambiente de forma negativa para a vida humana. A prioridade ao aumento da produtividade deveria ser substituída pela prioridade ao aumento da felicidade.

A liberdade das pessoas depende do apoio incondicional que exista para que trabalhem prioritariamente para serem felizes fraternalmente e da exigência social de mútua responsabilização para se viver inteligentemente, de modo a reconhecer os erros – sobretudo os existenciais, como os suicidários – e arrear caminho quando for necessário. A democracia será necessária na altura de mudar de rumo, para evitar a violência.

Referências:

AAVV. (n.d.). *Rendimento Básico Incondicional, de todos para todos (RBI-TT)*. António Pedro Dores. Visto em 29 de Setembro de 2020 em <http://home.iscte-iul.pt/~apad/novosite2007/RBI.html>

Agamben, G. (1998). *O Poder Soberano e a Vida Nua*. Editorial Presença.

Bentham, J., Miller, J.-A., Perrot, M., & Werrett, S. (2000). *O Panóptico* (T. Tadeu, Ed.; 2ª). Autêntica.

Corballis, M. C. (2011). *The Recursive Mind – The Origins of Human Language, Thought, and Civilization*. Princeton University Press.

Dores, A. P. (2021). *Reeducar o século XXI: libertar o espírito científico*. Lisbon International Press.

Eisenstadt, S. N. (2008). Axial Visions and Axial Civilizations: The Transformations of World Histories between Evolutionary Tendencies and Institutional Formations. In H. Wittrock & B. Wittrock (Eds.), *Frontiers of Sociology*. Brill.

Graeber, D. (2018). *Bullshit Jobs: A Theory*.

| **Simon & Schuster.**

Graeber, D. (2022). *Pirate Enlightenment, or the Real Libertalia*. Allen Lane & Penguin Books.

Horta, M. (2016). *RBI-TT - Rendimento Básico Incondicional de Todos para Todos - financiamento e efeitos financeiros*. Youtube. Visto em 19 de Setembro de 2023 em <https://www.youtube.com/watch?v=Wlx-KbswRv4>.

Hudson, M. (2022). *The Destiny of Civilization: Finance Capitalism, Industrial Capitalism or Socialism*. ISLET—Verlag.

Keene, E. (2002). *Beyond the Anarchical Society - Grotius, Colonialism and Order in World Politics*. Cambridge University Press.

Linklater, A. (2013). *Owning the Earth*. Bloomsbury.

Marx, K. (1997). *Manifesto do Partido Comunista* (1848th ed.). Edições Avante.

Meadows, Donella H.; Meadows, Dennis L.; Randers, Jorgen; Behrens III, W. W. (1973). *Limites do Crescimento: Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*.

Novak, M. (2000). *Defining Social Justice. First Things, 108.*

Novak, M. (2001). *A Ética Católica e o Espírito do Capitalismo. Principia.*

Pistor, K. (2019). *The Code of Capital - how the law creates wealth and inequality. Princeton University Press.*

Renn, J. (2020). *The Evolution of Knowledge - Rethinking Science for the Anthropocene. Harvard University Press.*

Todd, E. (2018). *Onde estamos? Círculo de Leitores.*

Torry, M. (2013). *Money For Everyone - why we need a citizen's income. Policy Press.*